

# PLANO DE PORMENOR DA UOPG7 ELABORAÇÃO



## TERMOS DE REFERÊNCIA

Novembro 2021

**ÍNDICE**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. CONTEXTO E ÂMBITO.....</b>	<b>4</b>
<b>3. OPORTUNIDADE DE ELABORAÇÃO DO PLANO.....</b>	<b>5</b>
<b>4. OBJETIVOS DO PLANO.....</b>	<b>6</b>
I. Ordenamento do Território e Tecido Urbano	
II. Mobilidade	
III. Sustentabilidade Socioeconómica	
<b>5. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>6. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PLANO.....</b>	<b>9</b>
<b>7. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....</b>	<b>10</b>
7.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	
7.2 Plano Diretor Municipal de Penafiel	
7.2.1. Regulamento	
7.2.2. Planta de Ordenamento	
7.2.3. Planta de Condicionantes	
<b>8. CONTEÚDO DO PLANO.....</b>	<b>15</b>
I. Conteúdo Material	
II. Conteúdo Documental	
<b>9. SUJEIÇÃO AO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....</b>	<b>19</b>
<b>10. CARTOGRAFIA DE BASE CARTOGRÁFICA.....</b>	<b>21</b>
<b>11. FASEAMENTO E CALENDARIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>12. EQUIPA TÉCNICA.....</b>	<b>24</b>
<b>13. ANEXOS</b>	
I. Extrato da Planta de Ordenamento do PDM, escala 1/10 000;	
II. Extrato da Planta de Condicionantes do PDM, escala 1/10 000;	
III. Extrato de Ortofotomapa, sem escala.	

## **1. INTRODUÇÃO**

O Plano de Pormenor (adiante PP), conjuntamente com o Plano Diretor Municipal (adiante PDM) e o Plano de Urbanização (adiante PU), é uma das figuras de Plano Territorial (adiante PT) definidas no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (adiante RJIGT) pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Os PT estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de ocupação territorial e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo, bem como de garantia da sustentabilidade socioeconómica e financeira e da qualidade ambiental.

No que se refere, em concreto, ao PP, este “desenvolve e concretiza em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral” (n.º 1, do art.º 101º, do RJIGT).

As referências expressas no parágrafo anterior mostram bem que o PP é a mais exigente e rígida figura de PT, remetendo diretamente para a conceção da forma urbana no detalhe, servindo de base aos projetos de execução das infraestruturas e aos projetos de arquitetura.

O PP abrange áreas contínuas do território municipal, que podem corresponder a uma Unidade (ou subunidade) Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) ou a parte delas.

O PP é o instrumento de planeamento indicado para áreas restritas do território, em que se disponha de cartografia de escala elevada, se conheça o cadastro fundiário e onde haja, como já foi referido, intenções de atuação num futuro próximo.

## **2. CONTEXTO E ÂMBITO**

No quadro das “atribuições” das Autarquia Locais, inscritas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe aos municípios a promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, estabelecidas nas alíneas m) e n) do artigo 23.º. Nesse sentido, a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que aprovou a Lei de Bases Gerais da Política Pública de solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (adiante LBPPSOTU), veio reforçar e sustentar que as autarquias locais, nos termos das suas atribuições e competências, tem o dever de promover a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, designadamente “planear e programar o uso do solo e promover a respetiva concretização”, tal como estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º. Esse exercício, como se expressa o n.º 1 do artigo 9.º da LBPPSOTU, realiza-se, nomeadamente, através da definição do regime de uso do solo em planos territoriais de âmbito municipal.

A elaboração dos planos territoriais de âmbito municipal, por sua vez, como consagrado no n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT, é determinada por deliberação da câmara municipal, a qual estabelece os prazos de elaboração e o período de participação, sendo publicada no Diário da República e divulgada através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio na Internet da câmara municipal.

Adianta ainda o n.º 3 do artigo 76.º, que compete à câmara municipal a definição da oportunidade e dos termos de referência dos planos municipais, sem prejuízo da posterior intervenção de outras entidades públicas ou particulares, destacando-se de entre aqueles, neste contexto, o Plano de Pormenor.

Com o presente documento, visa-se assim concretizar os **Termos de Referência** da elaboração de um **PP** para a **Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 7 (UOPG 7)** delimitada no PDM, adiante apenas designado por **PP da UOPG 7**, enquadrando e definindo a oportunidade da elaboração, nos termos do artigo 76.º do RJIGT.

Os principais objetivos do **PP da UOPG 7** são os seguintes:



- A concretização da estratégia de desenvolvimento local;
- A gestão programada do território municipal;
- A garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- O estabelecimento de regras para as infraestruturas;
- A localização e inserção urbanística dos equipamentos, serviços e funções;
- O estabelecimento dos parâmetros de uso e fruição do espaço público.

### **3. OPORTUNIDADE DE ELABORAÇÃO DO PLANO**

No Plano Diretor Municipal em vigor, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2007, de 12 de outubro, na sua redação actual, para a área em questão está definida uma UOPG 7 podendo a sua execução ser precedida de PP ou realizar-se no âmbito de unidades de execução por compensação ou cooperação.

A oportunidade de elaboração do PP da UOPG 7 decorre, no essencial, de três (3) fatores fundamentais, nomeadamente:

1. Das dificuldades de execução e operacionalização do plano através de unidade(s) de execução, tendo-se compreendido de diversas opções e soluções aí manifestas de difícil concretização, tanto em termos de solução urbanística específica e da sua relação com a envolvente, como ainda relativamente à operacionalização do modelo de perequação proposto;
2. De estrangulamento e insuficiências que a malha e estrutura urbana apresenta do ponto de vista urbanístico, de funcionalidade e de inserção urbana da malha, além ainda de se imporem ao momento novas perspetivas de ordenamento e desenvolvimento – incluindo a valorização ambiental e paisagística, e da relação desta com a área urbana adjacente;
3. Do interesse e da iniciativa privada concretizar a ocupação urbana da UOPG 7 através da elaboração de um PP conducente promover o reordenamento do espaço em relação à construção do Ponto C e da via de acesso da Variante do Cavalum até à Praça da República, com uma solução urbanística adaptada ao

território do ponto de vista funcional e de aproveitamento urbanístico e em que os proprietários se revejam por forma a facilitar a sua execução/operacionalização no terreno de imediato.

#### **4. OBJETIVOS DO PLANO**

O PP da UOPG 7, a elaborar de acordo com o disposto no atual RJIGT, afigura-se assim como o PMOT mais adequado à estruturação, implementação e desenvolvimento do território envolvente da cidade, por forma a definir uma proposta clara de ocupação física da área, acompanhada de um programa de execução, o qual identifica o conjunto de ações a desenvolver, respetivo cronograma e plano de financiamento, bem como os agentes envolvidos.

A elaboração do PP contemplará, nomeadamente:

##### **I. Ordenamento do Território e Tecido Urbano**

- Desenvolvimento coeso e coerente das áreas envolventes da cidade, através da criação de novas frentes de urbanização e da promoção de um tecido edificado compacto, dando especial atenção à sua correta integração na paisagem;
- Organização espacial das funções urbanas e definição de regras sobre a implantação de infraestruturas, equipamentos e espaços de utilização coletiva e da forma de edificação;
- Obter um instrumento orientador e concretizador, de suporte à gestão municipal, que traduza e concretize a estratégia municipal.

##### **II. Mobilidade**

- Valorização e reforço das ligações existentes, bem como promoção de novas ligações;
- Consolidação da utilização do transporte público e promoção da articulação entre os diferentes meios de transporte, assim como a implementação de bolsas de estacionamento no tardo do centro histórico;

- Promoção e consolidação de caminhos pedonais e de ciclovias;

### **III. Sustentabilidade Socioeconómica**

- Promoção da multifuncionalidade do tecido urbano e incentivo à diversidade das atividades socioeconómicas e culturais;
- Valorização e requalificação do tecido do centro histórico, bem como das atividades culturais locais;
- Dinamização da oferta turística, através da valorização das especificidades físicas do território, do património e da articulação das várias estruturas de apoio;
- Apoio à instalação de equipamentos referenciadores de centralidade urbana e reforço da rede de equipamentos existentes;
- Incentivo à fixação de população, decorrente da promoção da qualidade de vida gerada pelos itens anteriores e do aumento de oferta do parque habitacional.

## **5. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

A área sobre a qual recai o PP da UOPG 7 localiza-se no centro da cidade de Penafiel, freguesia de Penafiel, mais concretamente em Puços e área envolvente, com uma área total de aproximadamente de **31,34 ha**, delimitada, grosso modo, a norte pelo Centro Histórico da Cidade de Penafiel e Rua Alfredo Pereira, a sul pela Avenida do Cavalum (Variante do Cavalum), a nascente pela Rua Província de Pontevedra e a Poente Rua do Cavalum e área consolidada do Centro Histórico da Cidade de Penafiel. Situa-se no Vale do Rio Cavalum, entre o Centro Histórico da Cidade de Penafiel, à cota alta, e a Variante do Cavalum à cota intermédia, encontrando-se o Rio Cavalum à cota baixa.

A área de intervenção vai um pouco mais à quem da que está estabelecida no PDM em vigor, atendendo a que a área prevista no PDM em vigor deixava de fora na zona sul/poente uma área do território com as mesmas características físicas/morfológicas que importam integrar e serem parte da solução unificação do território, assim como uma área do território a nascente ao longo da Rua Província de Pontevedra que

importa integrar e interligar, propondo uma área do PP que fique delimitada por limites físicos nomeadamente arruamentos e a área urbana consolidada, facilitando assim com isto, as ligações viárias necessárias para a área de intervenção assim como assegurar a correta articulação com a estrutura viária existente e proposta, assim como uma correta articulação entre a morfologia urbana construída e natural entre o existente e o proposto.

Esta área corresponde genericamente a um espaço desprovido de construções, mas inserido em território envolvente urbanizado e caracterizado por forte dinâmica urbanística, especialmente por se localizar na orla do centro histórico, bem servida de infraestruturas, equipamentos e serviços, e igualmente por se localizar no Vale do Cavalum, um vale de elevado valor ecológico e ambiental.



Figura 1. Enquadramento territorial da área do plano (imagem Google Satellite)



## **6. ENQUADRAMENTO LEGAL DO PLANO**

O PP será elaborado no âmbito do disposto no artigo 8.º da LBPPSOTU, Lei 31/2014, de 30 de maio e alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, no que concerne ao dever das Autarquias de planear e programar o uso do solo, bem como promover a respectiva concretização.

Será igualmente elaborado de acordo com o procedimento e conteúdo definidos pelo RJIGT, Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, nomeadamente, no supra citado artigo 76.º mas também nos artigos 85.º a 90.º quanto ao procedimento, nos artigos 101.º e 102.º, no que respeita ao Objecto e Conteúdo Material e no artigo 107.º, no referente ao Conteúdo Documental de um PP, tendo como suporte estratégico o descrito nos presentes Termos de Referência.

Para além do quadro geral de ordenamento do território, consagrado na LBPPSOTU e no RJIGT, há diversos diplomas a considerar e de aplicação direta na elaboração de um plano territorial de âmbito municipal, nomeadamente:

- Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro, que concretiza a definição de conceitos na área do ordenamento do território e do urbanismo;
- Portaria n.º 245/2011, de 22 de Junho – que define os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da “plataforma de submissão electrónica” destinada ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República e para depósito na Direcção-Geral do Território (DGT).
- Decreto-Lei nº 130/2019, de 30 de agosto, que republica o Decreto-Lei nº 193/95, de 18 de julho, bem como as normas e especificações técnicas constantes do sítio da Internet da Direcção-Geral do Território (DGT) – Cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração ou revisão dos programas e planos territoriais e na aplicação de medidas cautelares e a cartografia temática que daí resulte (cf. Regulamento n.º 142/2016, DR n.º 27, de 9 de fevereiro).

- Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional;
- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na redação dada pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio, o qual consagra a obrigatoriedade dos Planos e Programas serem sujeitos a avaliação ambiental;

Para além destes diplomas há ainda um conjunto de normas e orientações complementares que a elaboração do PP está obrigado a respeitar e integrar. Ademais, a elaboração de planos territoriais (onde se inclui o PP), obriga à identificação e ponderação, nos diversos âmbitos, dos planos, programas e projetos, designadamente da iniciativa da Administração Pública, com incidência na área a que respeitam, considerando os que já existem e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações, de acordo com n.º 2 do artigo 22.º do RJIGT.

## **7. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL**

A necessidade de compatibilização dos planos, programas e projetos com incidência na área do PP, expressa no n.º 2 do artigo 22.º do RJIGT, obriga a uma análise sintética e orientada de cada um com incidência na área e envolvente do PP da UOPG 7, destacando-se para o efeito, nomeadamente:

- O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), revisto pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro;
- Plano Diretor Municipal de Penafiel, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2007, de 12 de outubro, na sua redação actual;

### **7.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**

O PNPOT estabelece as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação

com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia. A Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, aprovou a primeira revisão deste programa, constituído por um programa de ação para o horizonte 2030, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do país e, também, no estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de política e de promover o PNPOP como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários.

O Programa de Ação 2030 responde às opções estratégicas inerentes aos desafios territoriais e visa concretizar o modelo territorial esquematizado, organizando-se em cinco pontos:

1. compromissos para o território;
2. domínios e medidas;
3. operacionalização do modelo territorial;
4. diretrizes para os Instrumentos de gestão territorial;
5. modelo de governação.

Desta feita, o PNPOP define uma agenda com 10 compromissos para o território, i.e.:

- 1. robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades;**
- 2. atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica;**
- 3. adaptar os territórios e gerar resiliência;**
4. descarbonizar acelerando a transição energética e material;
5. remunerar os serviços prestados pelo capital natural;
6. alargar a base económica territorial com mais capacitação, conhecimento e inovação;
7. incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território;

**8. integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade;**

**9. garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos;**

**10. reforçar nos IGT a eficiência territorial** pela concentração da habitação e das atividades, pela reabilitação e regeneração urbanas, pela mobilidade sustentável, economia circular e de partilha e consumos de proximidade.

Destes, no âmbito do PP UOPG 7, destacam-se os compromissos 1 ao 3 e do 8 ao 10, com os quais o PP da UOPG 7 está alinhado pois que no seu âmbito e alcance procura robustecer a centralidade da cidade de Penafiel captando novos residentes e, em simultâneo, com o modelo de ocupação, potenciar a qualificação e resiliência ambiental do espaço e eficiência na mobilidade ao incentivar a utilização de modos suaves intra UOPG 7 e na relação desta com a envolvente através de um desenho universal; os segundos, na medida em que o PP será efetuado com base numa consciência integral sobre a sustentabilidade do território, que inclui necessariamente uma visão articulada com a valorização ambiental e adaptação e mitigação de riscos.

## **7.2 Plano Diretor Municipal de Penafiel**

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Penafiel, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º163/2007, de 12 de outubro, na sua actual redação, a área proposta para a elaboração do PP tem o seguinte enquadramento:

### **7.2.1. Regulamento**

O presente PP incide maioritariamente sobre a área da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG 7 da Quinta de Puços, e pontualmente sobre a área da UOPG 6 da expansão sudoeste da cidade.

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão referidas estão previstas no artigo 64.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM) e estabelecem os seguintes conteúdos programáticos:



**RPDM***(artigo 64.º)**(Conteúdos programáticos)***6) UOPG da expansão sudeste da cidade:****a) Objetivos:**

*Abrange uma área com cerca de 27,70 ha e destina -se, predominantemente, à expansão residencial da cidade no sentido nascente;*

*Devem ser criados arruamentos que estabeleçam a ligação viária entre a EN 15 e a variante nascente;*

*Deve ser afeta a espaço verde público a área com declive acentuado e abrangendo afloramentos rochosos que se localiza na parte sul desta UOPG, a qual deve ainda ser integrada no sistema de espaço público contínuo que estrutura esta UOPG, na sua relação entre a cidade à cota alta e o parque do Cavalum;*

*A edificação deve acautelar a salvaguarda de canais visuais sobre o vale, a partir das zonas de cota superior;*

**b) Parâmetros:**

*O índice médio de utilização é de 0,40;*

*A tipologia habitacional é predominantemente de moradias unifamiliares de dois pisos, admitindo -se habitação multifamiliar até 4 pisos, com funções complementares de comércio e serviços, por questões de composição urbana e sobretudo na transição das áreas já edificadas com as a edificar;*

*A cedência para espaços verdes ou equipamentos de utilização colectiva é, no mínimo, de 25 % da área total da UOPG;*

*c) Forma de execução — a urbanização e a edificação devem ser precedidas de plano de pormenor ou realizar -se no âmbito de unidades de execução por compensação ou cooperação;*

**7) UOPG da Quinta de Puços:****a) Objetivos:**

*Abrange uma área com cerca de 20,30 ha e destina -se, predominantemente, a habitação, incluindo comércio e serviços;*

*Deve ser definido um percurso no limite com a área consolidada da cidade por norte, que permita, simultaneamente, o acesso a parques de estacionamento a definir como apoio ao centro histórico;*

*Devem ser definidas ligações viárias entre a cidade e a variante do Cavalum;*

*A edificação deve acautelar a salvaguarda de canais visuais sobre o vale do Cavalum, a partir das zonas de cota superior;*

*Deve ser salvaguardado o caminho romântico, bem como o conjunto edificado existente na extensão do caminho e acessível por este;*

**b) Parâmetros:**

*O índice médio de utilização é de 0,40. A cêrcea dos edifícios deve permitir a leitura do perfil da cidade consolidada;*

*A cedência para espaços verdes ou equipamentos de utilização colectiva é, no mínimo, de 25 % da área total da UOPG;*

*c) Forma de execução — a urbanização e a edificação devem ser precedidas de plano de pormenor ou realizar -se no âmbito de unidades de execução por compensação ou cooperação;*

### 7.2.2. Planta de Ordenamento

A área proposta para elaboração do PP no PDM em vigor está toda ela classificada como “solo urbano” estando previsto diferentes subcategorias de:

- 1. Espaço de Urbanização Programada** – “Áreas de Expansão Predominantemente Habitacionais – Tipo E2”
- 2. Estrutura Ecológica Urbana:**
  - “Áreas Naturais de Protecção ou Enquadramento”
  - “Áreas Mistas (Produção e Recreio)”
  - “Leitos dos Cursos de Água e Margens”
- 3. Espaço Urbanizado:**
  - “Áreas Predominantemente Habitacionais Consolidadas ou a Consolidar – Tipo C2”:
  - “Áreas Predominantemente Habitacionais Consolidadas ou a Consolidar – Tipo C3”:
  - “Áreas de Equipamentos Estruturantes Existentes – Ass/A/S/T/As”

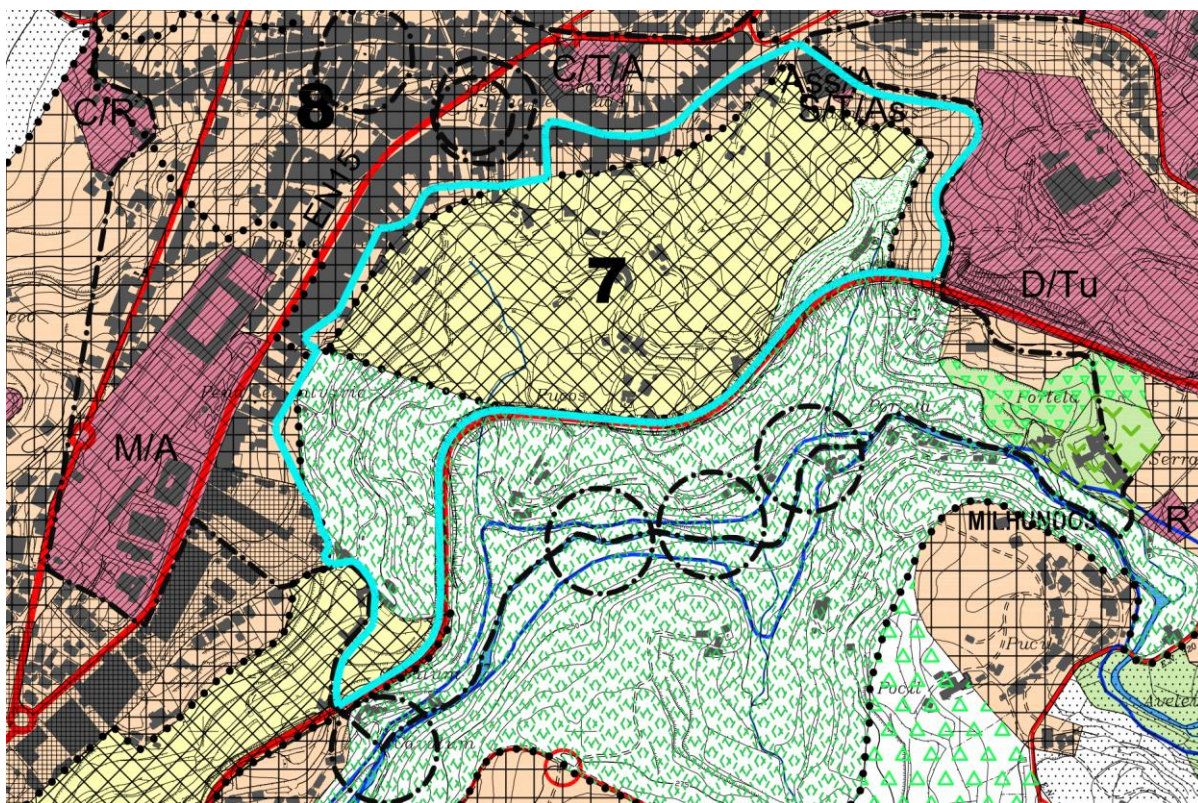


Figura 2. Extrato da Planta de Ordenamento (sem escala)



### 7.2.3. Planta de Condicionantes

A área proposta para elaboração do PP no PDM em vigor está condicionada apenas pontualmente pelo Domínio Público Hídrico – Leitos dos Cursos de Água, mais concretamente duas linhas de água existentes, não havendo mais qualquer outra condicionantes associada.

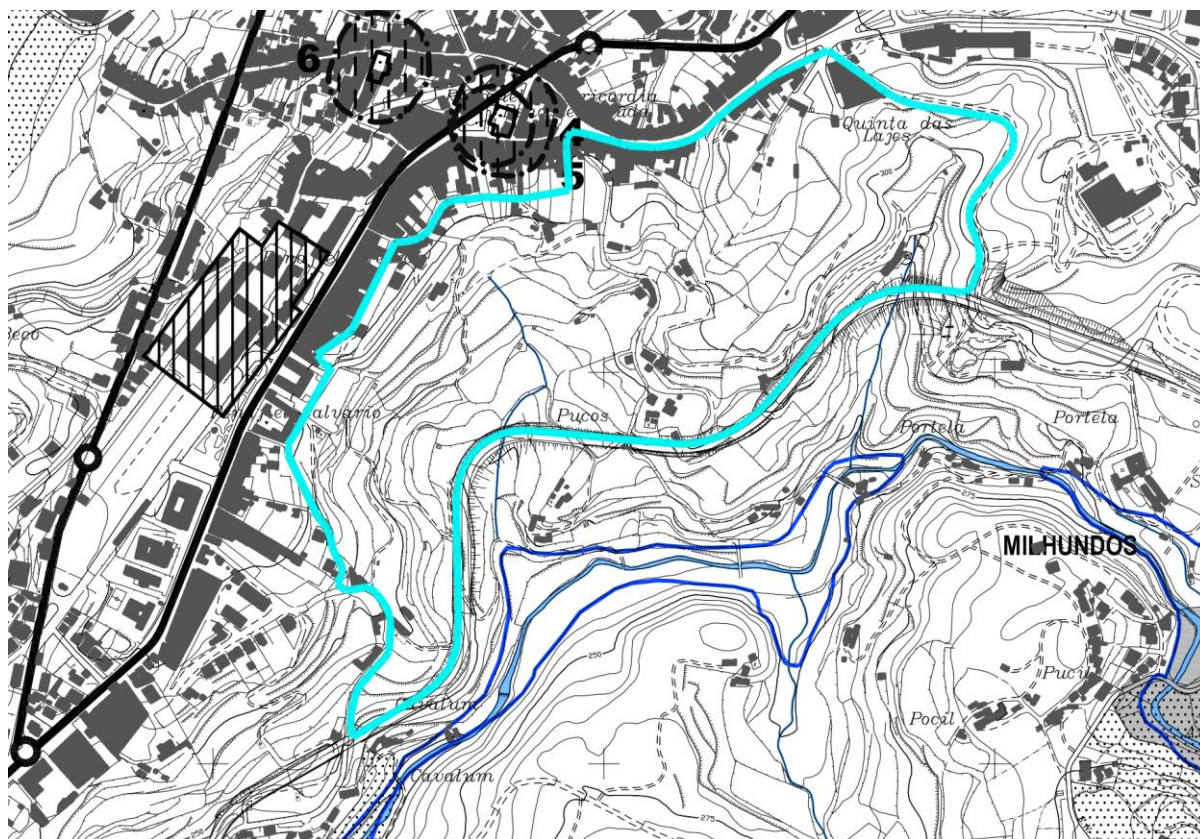


Figura 3. Extrato da Planta de Condicionantes (sem escala)

## 8. CONTEÚDO DO PLANO

### I. Conteúdo Material

Para efeitos do disposto no artigo 102.º do RJIGT, o PP da UOPG 7 deverá adotar o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita e aos objetivos das políticas urbanas previstas que determinam a sua elaboração, estabelecendo, nomeadamente:

- a) A definição e a caracterização da área de intervenção, identificando e delimitando os valores culturais e a informação arqueológica contida no solo e

no subsolo, os valores paisagísticos e naturais a proteger, bem como todas as infraestruturas relevantes para o seu desenvolvimento;

- b) As operações de transformação fundiária preconizadas e a definição das regras relativas às obras de urbanização;
- c) O desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, incluindo os espaços de circulação viária e pedonal e de estacionamento, bem como o respetivo tratamento, a localização de equipamentos e zonas verdes, os alinhamentos, as implantações, a modelação do terreno e a distribuição volumétrica;
- d) A distribuição de funções, conjugações de utilizações de áreas de construção e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente, densidade máxima de fogos, número de pisos e altura total das edificações ou altura das fachadas;
- e) As operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes;
- f) As regras para a ocupação e para a gestão dos espaços públicos;
- g) A implantação das redes de infraestruturas, com delimitação objetiva das áreas que lhe são afetas;
- h) Regulamentação da edificação, incluindo os critérios de inserção urbanística e o dimensionamento dos equipamentos de utilização coletiva, bem como a respetiva localização no caso dos equipamentos públicos;
- i) A identificação dos sistemas de execução do plano, do respetivo prazo e da programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados;
- j) A estruturação das ações de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos;
- k) Explicitação do zonamento, dos fundamentos e dos efeitos da alteração do zonamento, com base na disciplina consagrada no PDM.



## **II. Conteúdo Documental**

Por sua vez, o artigo 107.º do RJIGT estabelece o conteúdo documental do PP, sendo constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de implantação, que estabelece, designadamente, o desenho urbano e as parcelas, os alinhamentos e o polígono base para a implantação de edificações, a altura total das edificações ou a altura das fachadas, o número de pisos, o número máximo de fogos, a área de construção e respetivos usos, a demolição e manutenção ou reabilitação das edificações existentes e a natureza e localização dos equipamentos, dos espaços verdes e de outros espaços de utilização coletiva;
- c) Planta de condicionantes, que identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor, que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

O PP deve ser acompanhado, nos termos do n.º 2 do referido artigo 107.º, por:

- a) Relatório, contendo a fundamentação técnica das soluções propostas no plano, suportada na identificação e caracterização objetiva dos recursos territoriais da sua área de intervenção e na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais, e culturais para a sua execução;
- b) Relatório ambiental, sempre que seja necessário proceder à avaliação ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos;
- c) Peças escritas e desenhadas que suportem as operações de transformação fundiária previstas (se aplicável), nomeadamente para efeitos de registo predial e de elaboração ou conservação do cadastro geométrico da propriedade rústica ou do cadastro predial;
- d) Programa de execução das ações previstas;

- e) Modelo de redistribuição de benefícios e encargos;
- f) Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira.

Para efeitos de registo predial e, quando aplicável, para a execução ou conservação do cadastro geométrico da propriedade rústica ou do cadastro predial, as peças escritas e desenhadas previstas na alínea c) do número anterior consistem em:

- a) Planta cadastral ou ficha cadastral original, quando existente;
- b) Quadro com a identificação dos prédios, natureza, descrição predial, inscrição matricial, áreas e confrontações;
- c) Planta da operação de transformação fundiária, com a identificação dos novos prédios e dos bens de domínio público;
- d) Quadro com a identificação dos novos prédios ou fichas individuais, com a indicação da respetiva área, da área destinada à implantação dos edifícios e das construções anexas, da área de construção, da volumetria, da altura total da edificação ou da altura da fachada e do número de pisos acima e abaixo da cota de soleira para cada um dos edifícios, do número máximo de fogos e da utilização de edifícios e fogos;
- e) Planta com as áreas de cedência para o domínio municipal;
- f) Quadro com a descrição das parcelas a ceder, sua finalidade e área de implantação, bem como das áreas de construção e implantação dos equipamentos de utilização coletiva;
- g) Quadro de transformação fundiária, explicitando a relação entre os prédios originários e os prédios resultantes da operação de transformação fundiária.

O plano de pormenor é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos complementares:

- a) Planta de localização, contendo o enquadramento do plano no território municipal envolvente, com indicação das principais vias de comunicação e demais infraestruturas relevantes, da estrutura ecológica e dos grandes

equipamentos, existentes e previstos na área do plano e demais elementos considerados relevantes;

- b) Planta da situação existente, com a ocupação do solo e a topografia à data da deliberação que determina a elaboração do plano;
- c) Planta ou relatório, com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos, bem como das informações prévias favoráveis em vigor ou declaração comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;
- d) Plantas contendo os elementos técnicos definidores da modelação do terreno, cotas mestras, volumetrias, perfis longitudinais e transversais dos arruamentos e traçados das infraestruturas;
- e) Relatório sobre recolha de dados acústicos ou mapa de ruído, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Geral do Ruído;
- f) Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- g) Ficha dos dados estatísticos, em modelo a disponibilizar pela Direção-Geral do Território.

O conteúdo documental do plano de pormenor é adaptado, de forma fundamentada, ao seu conteúdo material.

## **9. SUJEIÇÃO AO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

Nos termos do n.º 2 do artigo 78º do RJIGT a qualificação ou sujeição dos planos a avaliação ambiental estratégica (AAE) compete à câmara municipal, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo ao Decreto-lei n.º 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio.

Decorre da alínea a) do n.º 1 do artigo 3º do citado diploma que estão sujeitos a avaliação ambiental os planos de ordenamento urbano e rural (nos quais têm enquadramento os planos municipais de ordenamento do território, no caso concreto

do PP da UOPG 7 que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos sujeitos a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).

O Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro, estabelece o Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

No caso concreto do PP da UOPG 7, verifica-se que o mesmo se encontra sujeito a procedimento de avaliação ambiental estratégica, já que constitui enquadramento para futura aprovação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental, mencionados no Anexo II do DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, designadamente “operações de loteamento urbano” com uma área igual ou superior a 10 ha ou construção superior a 500 fogos, cf. alínea b) do ponto 10 do Anexo II.

Desta forma, a elaboração do PP da UOPG 7 compreende igualmente a elaboração do Relatório Ambiental, tal como mencionado no capítulo anterior, designadamente nos elementos que acompanham o Plano. O referido relatório ambiental identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano, bem como as alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos, devendo conter os seguintes elementos (cf. artigo 6.º do DL 232/2007):

- a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objectivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- b) As características ambientais das zonas susceptíveis de serem significativamente afectadas, os aspectos pertinentes do estado actual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa;
- c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24



de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro;

- d) Os objectivos de protecção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objectivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;
- e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os factores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os factores supracitados;
- f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa;
- g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;
- h) Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º.
- i) Um resumo não técnico das informações referidas nas alíneas anteriores.

## **10. CARTOGRAFIA DE BASE CARTOGRÁFICA**

A elaboração do PP da UOPG 7, para além do conteúdo material e documental, inclui ainda a cartografia de base topográfica, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 193/95, de 18 de julho, na redacção atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto<sup>10</sup>, em conjugação com o Regulamento n.º 142/2016, de 9 de

fevereiro11 e as normas e especificações técnicas constantes do sítio na internet da Direção-Geral do Território (DGT).

A cartografia a utilizar para elaboração do PP da UOPG 7, será a cartografia topográfica vetorial à escala 1:2000, homologada conforme despacho de 22 de janeiro de 2021, cujo processo de homologação é o n.º 750, adquirida pela Câmara Municipal de Penafiel.

Para a obtenção da informação cartográfica foi efectuada a restituição fotogramétrica, utilizando-se estereorestituidores digitais dedicados à vectorização.



Figura 4. Extrato de cartografia fotogramétrica (ortofotomapas)



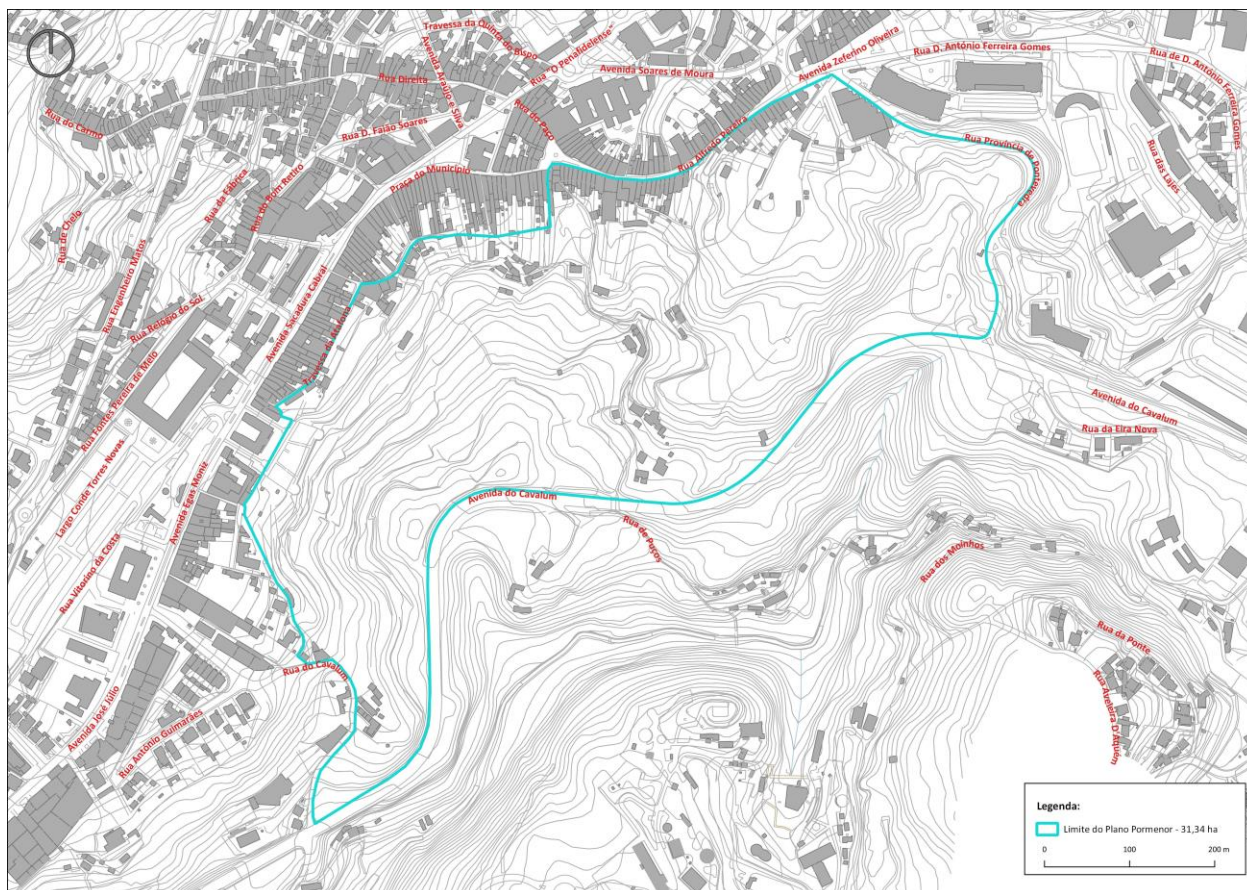


Figura 5. Extrato de cartografia vectorial homologada escala 1:2000

## 11. FASEAMENTO E CALENDARIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO

O procedimento de elaboração do PP da UOPG 7 segue os termos definidos no RJGT, concretamente nos artigos 76.º e 86.º a 94.º e artigos conexos, estabelecendo-se um prazo de 12 meses, prorrogável por um período máximo igual, nos termos do n.º 6 do artigo 76.º do RJGT.

Quadro I. Faseamento dos trabalhos

Fases	Descrição dos Trabalhos	Prazo (meses)
1	Deliberação de início e publicação	1
2	Participação Pública Preventiva	1
3	Elaboração e acompanhamento do Plano	6
4	Concertação (conferência procedimental) (10 + 20 dias)	1

<b>5</b>	Discussão Pública	1
<b>6</b>	Elaboração da Versão Final	1
<b>7</b>	Aprovação e Publicação	1

Quadro II. Calendário dos trabalhos

Etapas	Prazo (meses)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Deliberação de início e publicação</b>												
<b>Participação Pública Preventiva</b>												
<b>Elaboração e acompanhamento do Plano</b>												
<b>Concertação (conferência procedimental) (10 + 20 dias)</b>												
<b>Discussão Pública</b>												
<b>Elaboração da Versão Final</b>												
<b>Aprovação e Publicação</b>												

## 12. EQUIPA TÉCNICA

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de novembro, na sua redacção actual, a equipa técnica responsável pela elaboração do presente PP da UOPG 7 será multidisciplinar, coordenada por um dos seus elementos, e integra especialistas na área do planeamento, arquitetura, engenharia civil, arquitetura paisagista, urbanismo, direito e geografia.

## 13. ANEXOS

- I. Extrato da Planta de Ordenamento do PDM, escala 1/10 000;
- II. Extrato da Planta de Condicionantes do PDM, escala 1/10 000;
- III. Extrato de Ortofotomapa, sem escala.





CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL

UNIDADE DE PLANEAMENTO E MOBILIDADE

PLANO DIRETOR MUNICIPAL - EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO  
(Ratificado a 12 de outubro de 2007 - 6ª Alteração a 31 de agosto de 2021)

Requerente \_\_\_\_\_

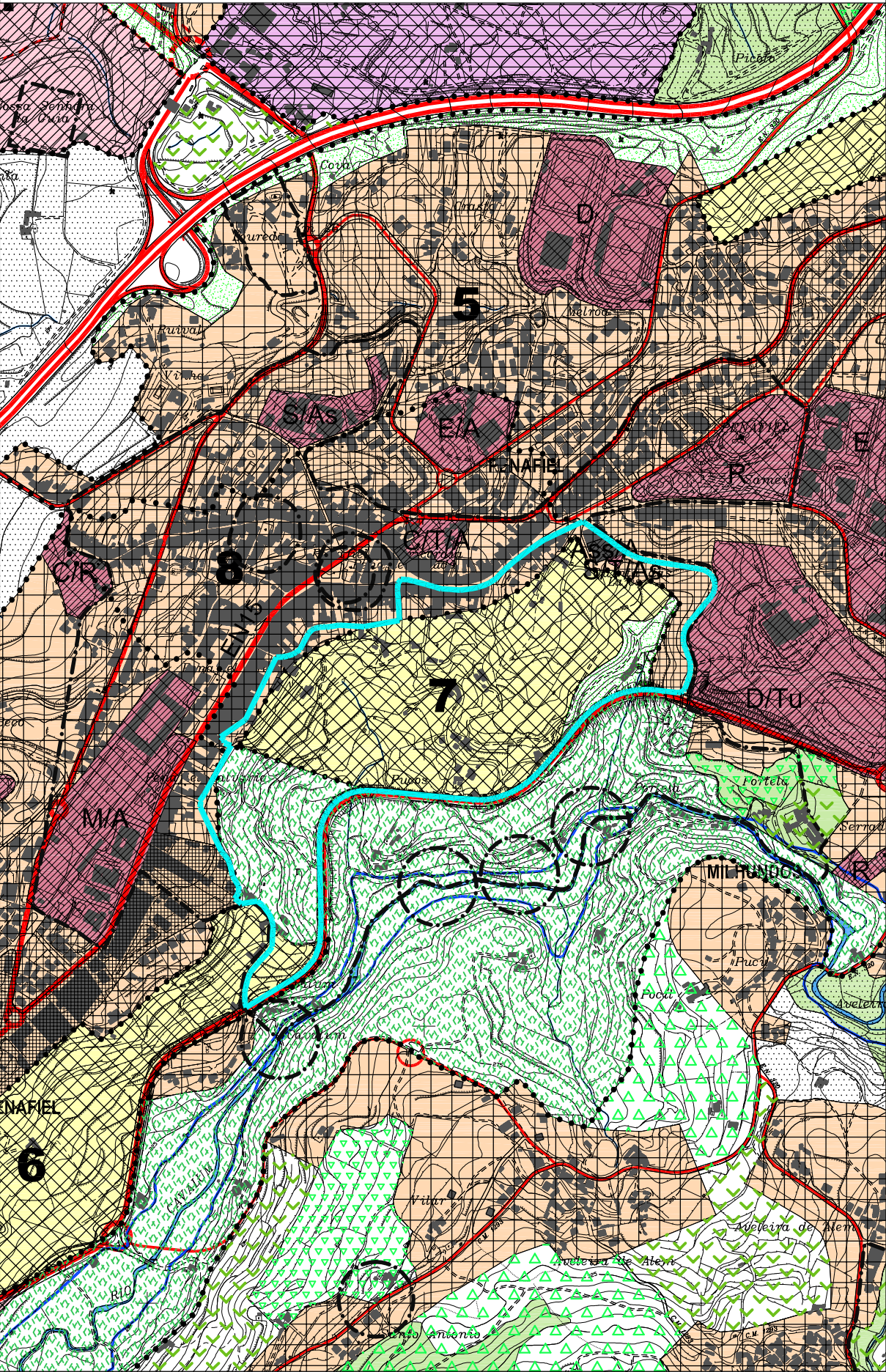
Natureza da obra \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_ Freguesia \_\_\_\_\_

ANEXO I

Processo

Data



Observações

Limite do Plano de Pormenor da UOPG 7 - 31,34 ha

- 
- LIMITE DO PLANO / CONCELHO

X

ESPAÇO URBANIZADO:

ÁREAS PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS CONSOLIDADAS OU A CONSOLIDAR

+

ÁREAS DE EQUIPAMENTOS\* ESTRUTURANTES EXISTENTES

ÁREAS EMPRESARIAIS / INDUSTRIAIS EXISTENTES

ESPAÇO DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA:

ÁREAS DE EXPANSÃO PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS

+

ÁREAS DE EQUIPAMENTOS\* ESTRUTURANTES PROPOSTOS

ÁREAS EMPRESARIAIS / INDUSTRIAIS PROPOSTAS

NÚCLEOS DE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL  
Ps - Parque de Sucatas

ESTRUTURA ECOLÓGICA:

ÁREAS NATURAIS DE PROTECÇÃO OU ENQUADRAMENTO

ÁREAS MISTAS ( PRODUÇÃO E RECREIO)

LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA E MARGENS

C1

C2

C3

C4

E1

E2

E3

SOLO RURAL

ESPAÇO AGRÍCOLA:

ÁREA AGRÍCOLA PROTEGIDA

ÁREA AGRÍCOLA COMPLEMENTAR

ESPAÇO FLORESTAL:

ÁREA FLORESTAL DE PRODUÇÃO

ÁREA FLORESTAL DE PROTECÇÃO

ESPAÇO PARA INDÚSTRIA EXTRACTIVA:

ÁREA DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA / COMPLEMENTAR

ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO:

ÁREAS DE EQUIPAMENTOS\* ESTRUTURANTES

EXISTENTES

PROPOSTOS

ESPAÇO NATURAL :

LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA E MARGENS

ESPAÇO CULTURAL :

ÁREAS DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (IDENTIFICADAS NAS PLANTAS DE PATRIMÔNIO 6A, 6B E 6C, E DE CONDICIONANTES 2A, 2B E 2C)

ESTRUTURA ECOLÓGICA :

ÁREA POTENCIAL PARA EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS METÁLICOS ( Au, Sb, Zn, Pb e Ag )

LIMITES DE SALVAGUARDA :

ÁREAS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO AO PATRIMÔNIO (IDENTIFICADAS NAS PLANTAS DE PATRIMÔNIO 6A, 6B E 6C, E DE CONDICIONANTES 2A, 2B E 2C)

ZONAS INUNDÁVEIS

SALVAGUARDA PARA A DUPLICAÇÃO DA LINHA DO DOURO

ESPAÇO CANAL

REDE FERROVIÁRIA

LINHA DE CAMINHO DE FERRO DO DOURO

REDE RODOVIÁRIA

ITINERÁRIOS PRINCIPAIS (IP4/A4) (IP9/A11)

ITINERÁRIOS COMPLEMENTARES (IC35)

ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS

REDE MUNICIPAL PRINCIPAL

NÓS

ARTICULAÇÃO PROPOSTA PELA CÂMARA MUNICIPAL

\* TIPOS DE EQUIPAMENTOS :

A - Administrativo

Ab - Abastecimento

As - Assistência Social

Ass - Associativo

At - Aterro Sanitário

B - Bombeiros

C - Cultural

Comp - Estação de Compostagem

D - Desporto ou Lazer

Ds - Depósito de Sucatas

E - Ensino

Ec - Ecocentro

M - Militar

P - Parque da Cidade

Ps - Parque de Sucatas

R - Religioso

S - Saúde

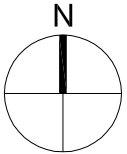
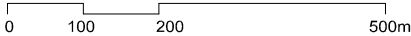
Sg - Segurança

T - Transportes/Estacionamento

Tu - Turístico

ESPAÇOS COMUNS

Escala: 1/10000





Limite do Plano de Pormenor da UOPG 7 - 31,34 ha

● ● ● ● LIMITE DO PLANO / CONCELHO

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

ARVOREDO DE INTERESSE PÚBLICO

VÉRTICES GEODÉSICOS:

PERTENCENTES À REDE GEODÉSICA NACIONAL  
Área mínima de protecção de 15m de raio

DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO

LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA

DOURO : LARGURA DAS MARGENS DE 50,0m  
COTA DE EXPROPRIAÇÃO ( 1,0 m ACIMA DO NPA )  
TÂMEGA: LARGURA DAS MARGENS DE 30,0m  
RESTANTES CURSOS DE ÁGUA: LARGURA DAS MARGENS DE 10,0m

ZONAS INUNDÁVEIS

24,1 COTA DE CHEIA PARA UM PERÍODO DE RETORNO DE 100 ANOS

ALBUFEIRAS

ALBUFEIRA DE CRESTUMA - LEVER E TORRÃO (NPA)

FAIXAS DE PROTECÇÃO ÀS ALBUFEIRAS

LIMITE DA FAIXA DE PROTECÇÃO À ALBUFEIRA DE CRESTUMA-LEVER E DO TORRÃO (500,0m)

RECURSOS GEOLÓGICOS

ZONA IMEDIATA DE PROTECÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL

ZONA INTERMÉDIA DE PROTECÇÃO (E CONCESSÃO) DE ÁGUA MINERAL NATURAL

ZONA ALARGADA DE PROTECÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL

ESPAÇO PARA INDÚSTRIA EXTRACTIVA - ÁREA DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA / COMPLEMENTAR ( GRANITO )

LINHAS ELÉCTRICAS DE MUITO ALTA TENSÃO:

400 Kv  
220 Kv

SERVIDÕES RADIOELÉCTRICAS:

ZONA DE DESOBSTRUÇÃO ( 20m )

Escala: 1/10000

0 100 200 500m

BENS CULTURAIS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

SERVIDÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Nº	Nº DA PLANTA DO PATRIMÓNIO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	LUGAR	ÉPOCA	PROTECÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1	1.2	Fonte amonizada existente nos jardins da Casa de Cabanelas	Bustelo	Cabanelas	Moderna	Património Edificado Classificado	Imóvel de Interesse Municipal (Decreto n.º 129/77 de 29/09/1977). A classificação de âmbito municipal não gera área de protecção condicionada.
2	1.4	Mosteiro de Bustelo	Bustelo	Mosteiro	Medieval / Moderna	Património Edificado Classificado	Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 29/84 de 23/06/1984)
3	5.3	Anta de Santa Maria	Santa Maria	Portela	Neolítico	Património Arqueológico Classificado	Monumento Nacional (Decreto de 16/06/1910)
4	6.2	Igreja da Misericórdia de Penafiel	Penafiel	Largo do Padre Américo	Moderna	Património Edificado Classificado	Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 28/82 de 26/02/1982)
5	6.3	Pelourinho de Penafiel	Penafiel	Praca Municipal	Moderna	Património Edificado Classificado	Monumento Nacional (Decreto de 16/06/1910)
6	6.4	Igreja Paroquial de S. Martinho	Penafiel	Rua Direita	Medieval / Moderna	Património Edificado Classificado	Monumento Nacional (Decreto de 16/06/1910)
7	6.6	Túmulo do monte de S. Roque	Penafiel	Monte de São Roque	Moderna	Património Edificado Classificado	Monumento Nacional (Decreto de 16/06/1910)
8	6.7	Janela da Raboileira (Porta), actualmente na Quinta da Avelada	Penafiel	Quinta da Avelada	Medieval / Moderna	Património Móvel Classificado	Monumento Nacional (Decreto de 16/06/1910)
9	11.2	Torre de Coreixas, outrora denominada "Torre de Durlgo"	Irivo	Coreixas	Medieval	Património Edificado Classificado	Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 129/77 de 29/09/1977)
10	11.3	Memorial da Ermida	Irivo e Paço de Sousa	Ermida	Medieval	Património Edificado Classificado	Monumento Nacional (Decreto de 16/06/1910), com Z.E.P. (Portaria n.º 647/2014, de 04/08/2014)
11	15.6	Igreja, sacristia, claustro e respectiva fonte e cruzeiro de Paço de Sousa	Paço de Sousa	Mosteiro	Medieval / Moderna	Património Edificado Classificado	Monumento Nacional (Decreto de 16/06/1910), com alteração da designação (Decreto n.º 67/67, de 31/12/1997) e Z.E.P. (Portaria n.º 367/2014, de 29/05/2014)
12	15.7	Casa e Quinta da Companhia	Paço de Sousa	Mosteiro	Moderna/Contemporânea	Património Edificado Classificado	Monumento de Interesse Público (Portaria n.º 205/2013, DR, 2ª série de 11/04/2013)
13	17.3	Honra de Barbosa	Rane e Galegos	Barbosa	Medieval / Moderna	Património Edificado Classificado	Conjunto de Interesse Público (Portaria n.º 312/2014, DR, 2ª série de 14/05/2014)
14	18.1	Castro do Monte Moztinho, malá conhecido pela cidade morta de Penafiel	Oldões, Galegos e Valpedre	Moztinho	Romana	Património Arqueológico Classificado	Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 37077 de 29/09/1948)
15	19.3	Penedo com gravuras rupestres na Tapada das Elras	Peroselo	Lamelas	Neolítico	Património Arqueológico Classificado	Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 251/70 de 03/06/1970)
16	20.2	Menir de Luzim	Luzim	Tapada de Sequeiros	Neolítico	Património Arqueológico Classificado	Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 251/70 de 03/06/1970)
17	20.3	Mamoa e gravuras rupestres conhecidas por "as pegadinhas de São Gonçalo", a 16m e a 30m, respectivamente, do "Menir de Luzim"	Luzim	Tapada de Sequeiros	Neolítico	Património Arqueológico Classificado	Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 251/70 de 03/06/1970)
18	21.5	Igreja de Abragão, incluindo os túmulos	Abragão	Igreja	Medieval / Moderna	Património Edificado Classificado	Monumento Nacional (Decreto n.º 129/77 de 29/09/1977), com Z.E.P. (Portaria n.º 644/2014 de 04/08/2014)
19	22.1	Igreja de S. Gens de Boelhe	Boelhe	Boelhe	Medieval	Património Edificado Classificado	Monumento Nacional (Decreto n.º 14425 de 15/10/1927), com Z.E.P. (Portaria de 18/01/1961)
20	24.3	Igreja de Gândara	Cabeça Santa	Cimo de Vila	Medieval	Património Arqueológico e Edificado Classificado	Monumento Nacional (Decreto n.º 14425 de 15/10/1927), com Z.E.P. (Portaria de 15/08/1961)
21	26.2	Banheirão romano de São Vicente do Pinheiro	Pinheiro	São Vicente	Romana	Património Arqueológico Classificado	Em Vias de Classificação (Anúncio n.º 27/9/2014 de 21/11/2014)
22	18.2	Castelo de Penafiel	Oldões	Alto do Castelo	Medieval	Património Arqueológico Classificado	Em Vias de Classificação (Anúncio n.º 7465/2011 de 31/05/2011)
23	35.2	Igreja de S. Miguel de Entre-os-Rios	Eja	São Miguel	Medieval	Património Edificado Classificado	Monumento Nacional (Decreto n.º 14 425 de 15/10/1927)

REDE RODOVIÁRIA

Existentes Previstas/Propostas  
IP4/A4 e IP9/A11  
IC 35  
EN'S e ER'S

REDE FERROVIÁRIA

ÁREA NON-AEDIFICANDI DA LINHA DO DOURO

INSTALAÇÕES MILITARES

ZONA DE SERVIDÃO MILITAR

PRODUTOS EXPLOSIVOS

ZONA DE SEGURANÇA

TRATAMENTO DE LIXOS

ATERRO SANITÁRIO INTERMUNICIPAL

Requerente  
Natureza da obra  
Local Freguesia

ANEXO II

Processo

Data



Observações







Plano de Pormenor da UOPG 7

**Unidade de Planeamento e Mobilidade / CM Penafiel**

Ricardo Coelho, Arq.

Novembro 2021